

Os palácios dos barões e viscondes de Zambujal em Setúbal e Lisboa

The palaces of the barons and viscounts of Zambujal in Setúbal and Lisbon

Maria João Pereira Coutinho*
submissão/submission: 12/02/2016
aceitação/approval: 04/04/2016

RESUMO

O estudo que se apresenta centra-se em dois edifícios urbanos de tipologia palaciana, localizados em Setúbal e Lisboa, ligados à família Cabedo de Vasconcelos, com funções laborais ligadas ao Estado e à Administração Pública, e tardiamente nobilitada como barões e viscondes de Zambujal. Os dois conjuntos arquitetónicos manifestam características específicas, e até aspetos comuns, logrando uma contextualização mais ampla do que a historiografia efetuou até ao momento, bem como uma maior compreensão dos principais atores que a estes espaços estiveram associados.

PALAVRAS-CHAVE

Casa nobre / Época Moderna / Lisboa / Setúbal / Cabedo

* IHA – Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa; Portugal.

Maria João Pereira Coutinho é doutora em História (especialidade em Arte, Património e Restauro) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Atualmente desenvolve o projeto de pós-doutoramento em Estudos Artísticos “*Pórtico: estruturas de pedraria em fachadas de igrejas do distrito de Lisboa do domínio Filipino ao Terramoto*” pelo Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, de que é membro integrado. O seu projeto é apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/85091/2012), com financiamento participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do Ministério da Educação e da Ciência. Tem desenvolvido estudos individuais e coletivos, em Portugal e no estrangeiro, no âmbito da História da Arte e das Artes Decorativas, dando particular relevo nos últimos anos à arte da pedraria nos períodos filipino e barroco.

Correio eletrónico: mjpereiracoutinho@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9323-3345>

Abstract

This study focuses on two urban buildings of palatial type, located in Setúbal and Lisbon linked to Cabedo Vasconcelos family, with labor functions related to the State and Public Administration, and later ennobled as barons and viscounts of Zambujal. The two architectural ensembles express specific characteristics, and even common aspects, and they deserve a broader context than historiography made so far, as well as a greater understanding of the main actors that these spaces were associated.

Keywords

Noble house / Early Modern / Lisbon / Setúbal / Cabedo

Nota prévia¹

A presença da família Cabedo, radicada em Portugal desde o século XV, deixou marcas significativas, quer ao nível patrimonial, através dos bens de raiz que possuíram e onde deixaram palácios urbanos - como ocorreu em Setúbal² e Lisboa³ -, ou na herdade do Zambujal⁴, e em Ourém⁵, onde possuíram outras “moradas de casas”, quer ao nível da memória urbana, através dos topónimos *rua do Chanceler Mor Jorge de Cabedo* (Setúbal) e *rua do(s) Cabedo(s)* (Lisboa), que subsistiram à extinção do morgadio e à divisão patrimonial tão característica em famílias numerosas.

¹ Alguns aspetos do presente estudo já foram oralmente abordados na comunicação “As “casas de morada” da família Cabedo de Vasconcelos: uma perspectiva histórico-artística”, apresentada no congresso *Palácios e dinâmicas urbanas: centros de poder e de conhecimento na Europa*, em novembro de 2015. O artigo que ora se apresenta contou com a generosa colaboração de: António Cunha Bento, Bruno Ferro Gonçalves, Cláudia Almeida, Fátima Conde, Inês Gato de Pinho, Isabel Sousa de Macedo, João Vieira Caldas, Joaquim Moreira, Luís Neves, Maria de Fátima Cunha, Maria de Jesus Gonçalves, Pedro Flor e Sílvia Ferreira.

² Sobre este imóvel veja-se SILVA, José Custódio Vieira da - *Setúbal*. Lisboa: Presença, 1990. p. 66; *Palácio dos Cabedos*, Ficha IPA.00009340 [Em linha]. Lisboa: SIPA, 2001 [Consult. 13.01.2016]. Disponível na Internet: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9340 e MARTINS, Jennifer; ERTHAL, Ludmila; ROSA, Naiara; BARBOSA, Tânia; FERNANDES, Rui - *Palácio dos Cabedos: Sta. Maria da Graça: Setúbal*. Lisboa: ISCTE-IUL, 2013. Trabalho curricular apresentado no âmbito do mestrado integrado em Arquitetura.

³ Acerca deste edifício, consulte-se CASTILHO, Júlio de - *Lisboa antiga: Bairro Alto*. Lisboa: António Maria Pereira, 1879. vol. III, p. 310; ARAÚJO, Norberto de - *Peregrinações em Lisboa*. Lisboa: António Maria Pereira, [1938-1939]. vol. 5, p. 45 e SEQUEIRA, Gustavo de Matos - *Depois do terramoto: subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências, 1967. vol. I, p. 158-159.

⁴ Arquivo Distrital de Setúbal (ADS), Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal, *Inventário obrigatório de Jorge de Cabedo de Vasconcelos*, 1.º vol., f. 42. Neste documento, de 1895, refere-se que no ativo da comarca de Setúbal possuíam na herdade do Zambujal “palacio, capella, officinas de lavoure, terras de arroz, pinhal, montado de sobro, vinha, olival, horta e mattsos” (negrito nosso), para além do “palacio Cabedo” na freguesia de Santa Maria da Graça.

⁵ Idem, *ibidem*, 2.º vol., p. 16. Nesta relação, também de 1895, refere-se que no ativo da comarca de Vila Nova de Ourém, freguesia de Vila Nova, possuíam a “Quinta da Caridade - composta por palacio e dependencias, fonte, terra de sementeira e de regadio, arneiro, olival e arvores de fructo, com a superficie de 40319 m²” (negrito nosso).

Ocupando posições profissionais de destaque junto da corte, mas também no mundo literário - área onde se distinguiram -, os Cabedo começaram por fixar o seu “solar” em Setúbal, vila administrativamente adstrita a Lisboa, alternando a sua morada, a partir do início do séc. XVIII, entre esse lugar e a capital do reino.

Os imóveis urbanos, para além de quintas e outras propriedades rústicas que sabemos terem possuído, como uma quinta de recreio nas imediações de Palmela (que tinha casa e uma ermida consagrada a S. Romão⁶) e outra a duas léguas de Setúbal, a já mencionada herdade do Zambujal (também com edificado e com capela devotada a Jesus, Maria e José⁷), que embora arruinados ainda ostentam a grandiosidade e o poder que a família possuía, apresentam-se como objetos de um estudo integrado que compreende a análise tipológica, os agentes envolvidos e outros aspetos necessários para o entendimento global destes palácios.

OS CABEDO DE VASCONCELOS: UMA FAMÍLIA DE ARTISTAS E DE ENCOMENDADORES

Desconhecendo os motivos exatos da vinda desta família de origem francesa para Portugal, que o padre Carvalho da Costa caracterizou como sendo fidalgos possuidores de um solar nas montanhas de Oviedo⁸, sabe-se que Diogo de Cabedo, ao acompanhar o regresso do infante D. Pedro, duque de Coimbra (1392-1449), de uma viagem ao estrangeiro, ter-se-á fixado no nosso país, servindo mais tarde o seu irmão, o infante D. Fernando (1433-1470), irmão de D. Afonso V (1432-1481) e pai de D. Manuel I (1469-1521), e sendo mais tarde nomeado para diversos cargos da corte⁹. Com efeito, é a 13 de fevereiro de 1575 que reconhecemos a nomeação de Miguel de Cabedo como vereador do Senado da Câmara:

⁶ “Tem mais esta Villa em seo dstricto huma Ermida de S. Romão, situada em terras de huma quinta de Iorge de Cabedo de Vasconcellos, a qual he de muyto regalo, por ter muytas Fontes, excellentes, & saborosas frutas (...)”, cf. COSTA, Padre António Carvalho da - *Chorografia portuguesa*. Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1712. tomo III, p. 306.

⁷ “D. Luiza Maria da Cunha senhora do Morgado do Azambujal, cuja cabeça he a quinta assim chamada, que dista de Setubal duas lagoas para o Nascente, situada junto do rio de Agua de Moura, a qual tem casas muyto nobres, pomares, hortas, vinhas, & olivaeas, com huma ermida de Jesus, Maria Joseph, com jubileo no Domingo do Bom Pastor, em cujo dia se faz a festa de S. Joseph, & he muyto antiga nesta familia, pois ha mais de 250. annos que anda nella; he muyto abundante de todo o genero de caça, & pescado, com tres marinhas, & nove herdades, & outras muyto fazendas, que tudo rendara mais de cinco mil cruzados.”; cf. COSTA, Padre António Carvalho da - *op. cit.*, p. 297, e SERRÃO, Vítor; MECO, José - *Palmela histórico-artística: um inventário do património artístico concelhio*. Lisboa: Colibri, 2007. p. 413-435.

⁸ “Tem esta familia seu solar em as montanhas de Oviedo, & ha nesta Casa bons Fidalgos, ainda que não poderosos em senhorio; seu brazão diz, vierão de França, pelo que trazem nas Armas as Flores de liz; & que depois de os Mouros entrarem em Espanha, em huma rija peleja, tomou um delles o pendão do Rey Mouro, & por isso lho derão vermelho, & branco (...);” cf. COSTA, Padre António Carvalho da - *op. cit.*, p. 294.

⁹ Referem-se à genealogia da família Cabedo, entre outros importantes autores, FREITAS, Gregório de - *Memorias geographicas e historicas da provincia da Estremadura* (Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Secção de Reservados, *cód. 208*); GARCÍA PERES, Domingo - *Catálogo razonado, biográfico e bibliográfico de los autores que escribieron en castellano*. Madrid: Imprenta del Colegio Nacional de Sordo-Mudos y de Ciegos, 1890; PAXECO, Fran - *Setúbal e as suas celebridades*. Lisboa: Soc. Nacional de Tipografia, 1930; AFFONSO, Domingos de Araujo; VALDEZ, Ruy Dique Travassos - *Livro de oiro da nobreza*. Braga: Tipografia da «Pax», 1934. tomo III, p. 614-620; CANEDO, Fernando de Castro da Silva - *A descendência portuguesa de El-Rei D. João II*. Lisboa: Edições Gama, 1945. vol. II, p. 474-481; MACHADO, Fernando Falcão - *Os Cabedos de Setúbal. Boletim da Junta de Província da Estremadura*. Lisboa: Junta da Província de Estremadura. N.º 24/25 (1950), p. 225-251, e ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins - *Armorial lusitano: genealogia e heráldica*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1961.

Presidente amigo Vereadores E procuradores da Cidade de Lisboa E procuradores dos mesteres della, Eu el Rey Vos enuio muito saudar, polla muita confiança que tenho do doutor miguel de cabedo do meu desembargo que foy ouvidor dos feitos crimes da casa da suplicação E polla experiência que elle tem dos negoços E cousas de justiça E de governo, asy do tempo que me seruiu na dita casa como da alçada que enuiey as Comarcas que estão do Rio do tejo até galiza E castella de que foy chanceler, nos quaes cargos deu de sy toda boa conta; E confiando delle que asy a dará no de Vereador dessa Cidade E fará Jnteiramente tudo o que Cumpre a meu seruiço E bem della; ouue por bem de o encarregar do dito offiço de Vereador em lugar do *Licenciado* amrique Jaquez ja fallecido, pollo que me pereço que Vo llo deuia fazer saber E ordenarey que vá seruir o dito offiço o mais em breue que poder ser (...) ¹⁰.

E a 21 de agosto de 1577 que sabemos que D. Sebastião ordena à Câmara o pagamento da pensão em cereais à família desse vereador:

Eu El Rey faco saber a uos Vereadores E procuradores desta cidade de Lisboa E aos procuradores dos mesteres dela, que eu ey por bem E me praz por fazer merçe a molher E erdeiros do doutor miguel de Cabedo que foy vereador da dita cidade E por mo Vos pedirdes que elles ajão E lhe sejam pagos os çinco moyos de trigo E cinco de çeuada que o dito miguel de cabedo tinha de ordenado com o dito cargo de uereador posto *que* elle falecese no mes de marco deste anno presente, E não tiuese vençido do dito ordenado mais que o que se nelle montaua prostata ate o dito tempo, E portanto vos mando que lhe façais pagar das Rendas da dita cidade os ditos cinco moyos de trigo E çinco de çeuada posto que este não seja pasado pola chancelaria sem embargo da ordenação (...) ¹¹.

Diogo de Cabedo, que nos deixou segundo alguns autores o manuscrito *Da virtuosa benfeitoria*, impresso pela Biblioteca Pública do Porto ¹², terá sido um dos primeiros dessa família a notabilizar-se, ao produzir um importante legado literário - aspeto que nos interessa sublinhar para melhor compreender o apreço que os Cabedo tinham pelas artes ¹³. Nessa linha de pensamento, destacamos também António de Cabedo (c. 1530-1555), doutor em direito canónico pela Universidade de Coimbra e autor novilatino, que se distinguiu ao redigir *Fontellum* ¹⁴. A esse humanista seguiu-se outro, Miguel Cabedo de Vasconcelos (1525-1577), um dos mais conceituados juristas do seu tempo, escritor de poemas heroicos, comédias e outros géneros literários, de que se destacam aqueles dedicados a Aristófanes, impressos em Roma ¹⁵. Da mesma família sobressaiu ainda, na área das letras,

¹⁰ Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Chancelaria régia, *Livro 1º de consultas e decretos de D. Sebastião*, doc. 80, f. 133-134v.

¹¹ Idem, *ibidem*, doc. 99 e 99A, f. 167-167v.

¹² *Collecção de manuscriptos ineditos agora dados á estampa*. Porto: Real Bibliotheca Publica Municipal, 1910-1923.

¹³ Documenta a importância histórica deste manuscrito o estudo de PEREIRA, Maria Helena da Rocha - Helenismos no “Livro da virtuosa benfeitoria”. *Biblos*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Nº 57 (1982). Separata e de FONSECA, João Abel da - A “Virtuosa benfeitoria” e o pensamento político do infante D. Pedro. *Biblos*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Nº 69 (1993). Separata.

¹⁴ Sobre a obra literária de António de Cabedo *vide* RAMALHO, Américo da Costa - Dois epigramas latinos de António de Cabedo. In *Para a história do renascimento em Portugal*. Coimbra: INIC; Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1988. vol. I, p. 75-85 e COUTO, Aires Pereira do - *António de Cabedo e o seu poema Fontelo*. Coimbra: [s.n.], 1990. Dissertação de mestrado em Literatura Novilatina em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

¹⁵ Acerca da significativa obra literária de Miguel de Cabedo consulte-se REBELO, Maria do Rosário Nunes - *Dois poemas de Miguel de Cabedo*. Coimbra: [s.n.], 1996. Dissertação de mestrado em Literaturas Clássicas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Jorge de Cabedo, o autor das *Ordenações, e leis do Reino de Portugal: recopiladas per mandado do muito alto, catholico & poderoso rei dom Philippe o Prio* (1603) e, por fim, Vasco Mouzinho de Cabedo ou Vasco Mousinho de Castelbranco (1560/70-1620/30)¹⁶, autor que assumiu diversos pseudónimos e que redigiu *Discurso sobre a vida e morte de Santa Isabel Rainha de Portugal, & outras varias rimas* (1596)¹⁷, *Afonso Africano* (1611) e *Triumpho del Monarcha Philippo tercero en la felicissima entrada de Lisboa* (1619)¹⁸.

Embora esta família, como se depreende pela sua ascensão durante a assunção dos Filipes, tenha sido conotada com o governo dos Habsburgos, foi, ao que parece, poupada de reverses idênticos aos que Cristóvão de Moura Corte Real (f. 1613), 1.º marquês de Castelo Rodrigo, e o seu filho, o malogrado Manuel de Moura Corte Real (f. 1652), 2.º marquês do mesmo título, padeceram a seguir à queda da União Dual.

Com efeito, e apesar de só terem sido efetivamente nobilitados no século XIX, durante o reinado de D. João VI (1767-1826)¹⁹, segundo o que hoje se sabe, terão gozado de algum sucesso durante o reinado dos Bragança, como testemunham as inúmeras mercês recebidas durante os reinados de D. Pedro II (1648-1706) e de D. João V (1689-1750)²⁰, destacando-se na aquisição de bens sumptuários, indicadores da cultura que possuíam. Assim, e no que à consolidação da casa dos Cabedo diz respeito, mormente ao nível das suas moradas, importa destacar a figura de Jorge de Cabedo de Vasconcelos da Cunha (1662-1730)²¹, que, como iremos ver mais adiante, terá consolidado a imagem da família através do melhoramento das suas casas urbanas de Setúbal e de Lisboa²².

¹⁶ O Arquivo Municipal de Lisboa conserva um registo fotográfico do modelo em gesso da estátua de Vasco Mouzinho de Quevedo que se encontra na base do monumento a Luís de Camões, de António da Silva Fernandes Duarte, datado de 1969. AML, António Fernandes Duarte, PT/AMLSB/AND/S00693.

¹⁷ Escreveu sobre este assunto PIRES, Maria Lucília - O discurso sobre a vida e morte de Santa Isabel rainha de Portugal de Vasco Mouzinho de Castelbranco. *Via Spiritus*. Porto: Universidade do Porto. Nº 10 (2003), p. 173-182.

¹⁸ Particularmente acerca de *Afonso Africano: poema heroyco da presa d'Arzilla & Tanger: dirigido a Dom Alvaro de Sousa, Capitão da Guarda Alemã...* Lisboa: por Antonio Alvarez, 1611, consulte-se RODRIGUES, Manuel dos Santos - *O Afonso Africano de Vasco Mouzinho de Quevedo*. Lisboa: [s.n.], 1999. Tese de doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa, e *Afonso Africano: poema heróico da presa de Arzila e Tânger*. Setúbal: Câmara Municipal, 2013.

¹⁹ O título de barões de Zambujal foi atribuído em 1826 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. João VI, L.º 21*, f. 350 e o de visconde em 1833, de acordo com fontes secundárias).

²⁰ Considere-se o facto dos seguintes membros da família terem recebido as seguintes mercês: Inocêncio de Cabedo de Vasconcelos (1697: ANTT, Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. Pedro II, L.º 11*, f. 84), Manuel Cabedo de Vasconcelos (1699: ANTT, Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. Pedro II, L.º 13*, f. 114; 1707: ANTT, Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. João V, L.º 7*, f. 568 v.), Inácio de Cabedo de Vasconcelos (1699: ANTT, Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. Pedro II, L.º 13*, f. 265; 1727 e 1730: ANTT, Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. João V, L.º 17*, f. 176 e L.º 18, f. 176), Jorge de Cabedo de Vasconcelos (1700: ANTT, Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. Pedro II, L.º 13*, f. 265; 1709: ANTT, Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. João V, L.º 4*, f. 29-29 v.) e José Bruno de Cabedo e Vasconcelos (1722: ANTT, Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. João V, L.º 13*, f. 410).

²¹ ADS, Registos de Batismos, Santa Maria da Graça, L.º 4, f. 105: “Aos noue de Outubro de seiscentos e sesenta e dous annos baptizou o Pe fr Manoel da fonseca da Ordem dos Pregadores a Jorge filho de Joseph de Cabedo de Vasconcellos E de D. Luiza Maria, foy padrinho Manoel de Cabedo daTougia.” (transcrição nossa).

²² Note-se que seu filho José Bruno de Cabedo de Vasconcelos Sardinha da Cunha (1716-1790) casou com Rita Delfina da Graça de Lencastre e teve continuidade com Jorge de Cabedo de Vasconcelos Sardinha da Cunha Castelo-Branco (1783-1850), 1.º barão e 1.º visconde do Zambujal. Este último teve por sua vez continuidade com José Bruno de Cabedo de Vasconcelos Sardinha da Cunha Castelo-Branco e Couto (1811-1874), 2.º barão e 2.º visconde do Zambujal, que teve continuidade com Jorge de Cabedo de Vasconcelos Sardinha da Cunha Castelo-Branco (1843-1898), 3.º visconde do Zambujal, e que era casado com D. Teresa Maria da Conceição Pais de Sande e Castro (1849-1943), a herdeira do palácio de Setúbal. Estes últimos foram sucedidos por José Bruno de Cabedo de Vasconcelos Sardinha da Cunha Castelo-Branco e Couto (1879-1937), 4.º visconde do Zambujal, de quem descendeu Jorge Maria de Cabedo de Vasconcelos Sardinha da Cunha Castelo-Branco e Couto (1904-?), 5.º visconde do Zambujal. Cf. CANEDO, Fernando de Castro da Silva - *op. cit.*

AS “CASAS DE MORADA” DE SETÚBAL

Não podemos falar das casas que a família possuiu em Lisboa - as de maior interesse para o conhecimento das “moradas de linhagem” da capital -, sem deixar de focar a principal casa da família, em Setúbal. Localizada no extremo este da muralha da cidade, intramuros, na atual praça do Quebedo (antiga praça de S. Bernardo do arrabalde de Palhais), resulta do que foi a articulação de um conjunto de corpos, de que remanesçam: um quadrangular, possivelmente mais antigo, e os restantes, retangulares, de feição seiscentista, articulados entre si. Esse conjunto, que cresceu paulatinamente, transformou-se ao sabor da vontade de alargamento da propriedade junto à igreja de Santa Maria da Graça e à cintura de muralha da então vila.

Uma das primeiras datas que se conhece sobre as propriedades da família nesse local é a de 1613 - ano do trespasse de uma escritura de um foro perpétuo de umas casas que a confraria de Nossa Senhora da Anunciada tinha aforado a Tristão Vieira de Castro, localizadas no terreiro da igreja de Santa Maria. Após o segundo interveniente ter dividido esse bem indiviso, e não ter cumprido o estipulado na obrigação inicial, a confraria, segundo o que se lê nesse contrato, desobrigou Tristão Vieira de Castro desse foro, concorrendo ao mesmo Diogo de Cabedo de Atouguia. Para fazer face aos prejuízos causados, o anterior inquilino, com a conivência de D. Brites de Lima, sua mulher, transfere para Diogo de Cabedo:

humas suas casas que elle tem he pesue nesta vjlla ao poço do concelho que partem [f. 3] ha norte com ha rua publica onde esta o dito poço e ao Sul com huas cazas de Mjguell de Cabedo de Vasconcellos he hao nascente com cazas de Manoell Fernandes ho prata e ao poente com Via publica que vaj do poço do concelho pera santa maria da graça ao dito seu foro de setecentos reis (...) ²³.

Efetivamente, é através deste excerto que se compreende a génese da dita propriedade, como também o facto de esta fazer confrontação com outra, de outro membro da família. Este domínio fazia ainda confrontação com o lugar de Palhais, através da antiga muralha da cidade, sendo trespassado pela antiga porta de São Jorge, aberta em 1697 para facilitar a entrada na vila de pessoas e veículos²⁴ e fechada em 1924, onde se encontrava um conjunto azulejar alusivo a essa invocação, a que nos reportaremos mais adiante²⁵.

²³ ADS, Confraria de Nossa Senhora da Anunciada, *Treslado de escritura de compra que fazem a Confraria e Hospital de Nossa Senhora da Anunciada da vila de Setúbal e Diogo de Cabedo, respeitante a umas casas localizadas no sítio do poço*, PT/ADSTB/CON/CSASTB01/E/006/00194.

²⁴ ADS, Arquivo Pessoal de Almeida Carvalho, *Portas (1840-1897)*, PT/ADSTB/PSS/APAC/P/0004.

²⁵ “Ligando a Praça de Quebedo com o Largo do Poço do Concelho existia, há pouco, uma passagem pública, que foi fechada, e aberta uma nova travessa que liga o referido Largo com a Avenida 5 de Outubro. No recinto fechado, na parede, para o lado interior, que pertence ao antigo palácio Cabedo, existe ainda um grande painel em azulejo onde se lê o dístico: «Porta de São Jorge». O painel representa aquele Santo guerreiro.”; cf. *Porta de São Jorge. A Mocidade*. Setúbal: [s.n.]. N.º 469 (1 set. 1924), p. 3.



Figura 1 Palácio da família Cabedo na praça de Quebedo. Coleção Américo Ribeiro, 1960.

Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro, SMBM |
DCED | Câmara Municipal de Setúbal. AR16211.

Embora o local tenha sido esteticamente regularizado em finais de Seiscentos, como se compreende pela leitura da fachada remanescente, certo é que o conjunto de imóveis que hoje se observa nos parece mais vasto e parcelar, com diversas épocas de construção e possivelmente com uma distribuição desigual da família pelo seu conjunto. Aliás, essa ideia de engrandecimento do património, como prova de poder económico e de ascensão social da época, pode ser também aferida em várias encomendas artísticas ocorridas no seio dessa família nessa centúria. Veja-se, pois, quer a construção em 1695 da capela de Santa Ana na igreja de Santa Maria de Setúbal, a expensas de Luís de Cabedo, quer a concretização da cripta familiar na mesma igreja, agenciada por Jorge de Cabedo de Vasconcelos da Cunha em 1700, consubstanciando a licença que a família obtivera de D. Sebastião, em 1565, para construir esse espaço na capela-mor da igreja da sua freguesia²⁶. O trabalho:

(...) hum chadres na (...) *que* he em triangullo branco e pretto com seu degrao vermelho *que* hade ter Capacidade para se asentar o frechal da grade *que* se hade por na dita Capella e hade ficar pella parte de fora do dito frechal o *que* for

²⁶ Acerca desta cripta veja-se a notícia de FREITAS, Gregório de - *op. cit.*, f. 410, onde esse autor afirma: “Esta Sepultura he de Miguel de Cabedo e de D. Leonor Pinheira de Vasconcellos, Sua mulher da qual lhe fez merce El Rey D. Sebastião para elles e todos seos descendentes e para ella mandou tresladar os ossos de seu Pay e May Jorge de Cabedo e Tareja Pinheira e de Seus Irmaos Manoel de Cabedo Diogo de Cabedo Antonio de Cabedo e de Sua Irmaam D. Leonor mulher que foi de João Gomes de Lemos Senhor da Trofa e no anno de mil e setecentos e hum seu quarto netto Jorge de Cabedo de Vasconcellos mandou fazer a Sua custa o pavimento desta cappella. (...) Tem por armas no escudo asima no n.º 1 tres flores de Lix no 2.º huma caldeira com aza por sima e argola e ao pe huma bandeira no 3.º tres (?) abertos e no 4.º hum pinheiro com hum Leão sobindo a elle tem elmo por sima do escudo e por sima do elmo hum Leam”.

necessario para se ajoelhar na forma *que* pedir a obra da ditta Capella e o degraoh hade // ser de focinho de boy com seu filette (...) ²⁷

realizado “na forma do risco de João Antunes”, expressão utilizada no documento, terá estado na origem da hipótese desse arquiteto ter sido o autor de obras no palácio.

Uma das ideias que a historiografia tem perpetuado, originalmente veiculada por Falcão Machado²⁸, casado com uma descendente da família Cabedo²⁹, é a de que o imóvel da “Casa do Corpo Santo” também pertenceu ao palácio. A ausência de fontes primárias e a constante alusão a essa ligação nos estudos produzidos sobre o edifício, alicerçada somente em hipóteses, levou-nos à procura de fontes coevas. O único indício que conseguimos apurar relativamente a essa possível ligação foi na descrição do registo do prédio n.º 6031 - correspondente ao palácio da família Cabedo. A sua leitura permitiu-nos então aferir que deste foram desanexados vários prédios que tornavam o complexo muito maior do que é hoje, e que a esse imóvel “acresceram a antiga Porta de São Jorge” que dava “passagem por baixo do Palácio Cabedo”, marcando o momento de esventramento do palácio para abertura da passagem pública, denotando claramente que a casa se estendia para sul, para o edifício que antecedia a dita casa da confraria de mareantes de Setúbal³⁰.

Quanto à referida casa do Corpo Santo, que se instalou nesse local em 1714³¹, como atesta a inscrição epigráfica constante no lintel da sua entrada, sabemos, através do seu registo predial, que teve anexado um “pequeno cubículo térreo (...) encravado no prédio 6031”, sendo portanto um imóvel aparentemente independente, ou um imóvel desanexado em época recuada, à qual já não conseguimos chegar³².

Não nos afastando do facto da “morada de casas” ser na realidade o que se pode designar por um edifício de maior volume e vários outros, de menor, onde possivelmente também residiam familiares (no sentido mais amplo do

²⁷ ADS, Cartório Notarial de Setúbal, *Livro de notas de Luís Pegas Sotto Maior e de André Dinis Pereira*, L.º 77, f. 149v.-151.

²⁸ Cf. MACHADO, Fernando Falcão - *op. cit.*, p. 249, mas também BRAGA, Paulo Drummond - *Setúbal medieval: séculos XIII a XV*. Setúbal: Câmara Municipal, 1998. p. 396, nota 4, que refere que a sede da confraria do Corpo Santo foi trasladada para um espaço “que se julga ter pertencido à família dos Cabedos”, e *Imóvel de interesse municipal da Casa do Corpo Santo*. Setúbal: Gabinete dos Centros Históricos da Câmara Municipal, 2009.

²⁹ CANEDO, Fernando de Castro da Silva - *op. cit.*, p. 31.

³⁰ Conservatória do Registo Predial de Setúbal (CRPS), L.º B-26, N.º 6031, f. 35v.

³¹ Acerca desse edifício Almeida Carvalho refere alguns aspetos curiosos, que nos dão uma dimensão diferente do que terá sido no século XVIII: “A frente principal do edifício no fundo do pátio, tem quatro janellas sacadas, com grades de ferro, e sobre ellas **um nicho com a imagem de S. Pedro Gonçalves Telmo**. Esta frente olha para o Sul. A da parte do nascente apenas tem duas janellas de peitoril (...)”; “Em 11 de fevereiro de 1733 se dizia que foram postas no pátio da entrada da casa 7 jasmineiros, ou movelleiros [noveleiro], e outros tantos aroeiros [aroeiras] ou movelleiros em volta do dito pátio, e no meio 1 socomodo [sicómoro], 2 arvores do paraíso e 1 moveleiro ou aroeiro”; “No edifício da corporação ainda existe a capella particular de S. Pedro Gonçalves Telmo, obra mui vistosa, e de bem fabricada talha dourada, junta à mesma capella está uma espaçosa e nobre sala, denominada casa do despacho, e **onde estava um oratório**” (negritos nossos); cf. ADS, Arquivo Pessoal de Almeida Carvalho, *Casa do Corpo Santo (1840-1897)*, PT/ADSTB/PSS/APAC/B/0002, f. 80-82.

³² CRPS, L.º B-37, N.º 10260, f. 71v.

termo), importa também salientar que nos livros de lançamento das Décimas de Setúbal, da freguesia de Santa Maria da Graça, particularmente naquele de 1762, só consta no f. 23, na “Rua do posso do concelho pelo lado esquerdo”, uma “Propriedade de cazas de Jozé Bruno de Cabedo que esta arruinada e cahida maior parte della”, e outra propriedade de casas da mesma pessoa, que consta nessa data de “huma loge e um andar”, respetivamente nos nr.ºs 1 e 5³³. No mesmo documento compreende-se claramente a questão do aglomerado de propriedades e a diversidade de proprietários, pois, intercaladas com estas pertenças encontramos com os nr.ºs 2, 3 e 4 as casas pertencentes à capela que era administrada por José Correia de Mendanha e um forno pertencente à Ordem de Santiago³⁴. Já na “Rua do posso do concelho pelo lado esquerdo” com os nr.ºs 4 e 5, são declaradas também “Propriedades de cazas cahidas e hum Lagar de azeite de Joze Bruno de Cabedo” e “Propriedade de cazas nobres de Joze Bruno de Cabedo aruinada por terra e huma loge”, a par das casas de Vicente Gonçalves Tendeiro, de José António de Vasconcelos e Sousa e de Boaventura Proost³⁵. Corrobora ainda a indicação da casa estar arruinada, a informação constante na mesma tipologia documental, do sítio de Aranguês, onde se pode ler, no elenco de barracas, que a nr.º 7 era de “do Tenente Coronel Joze Bruno de Cabedo que está no Exercito vive nella a sua familia e vale de renda vinte mil réis”³⁶.



Figura 2 Vista do largo do Poço do Concelho, com o palácio da família Cabedo ao fundo. Coleção Américo Ribeiro, 1939. Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro SMBM | DCED | Câmara Municipal de Setúbal. AR896.

³³ ANTT, Erário Régio, 1627/1889, *Traslado do lançamento da décima dos prédios urbanos pertencentes à freguesia de Santa Maria da Graça desta vila de Setúbal*, 1762, f. 23.

³⁴ Trata-se possivelmente do mesmo forno que consta de uma mercê feita a Baltasar de Abreu de Cabedo pelos seus serviços nas Armadas, em 1643, referido como “Forno de Palhais”; cf. ANTT, Registo Geral de Mercês, *Ordens Militares*, L.º 12, f. 15v.-16.

³⁵ ANTT, Erário Régio, 1627/1889, *Traslado do lançamento da décima dos prédios urbanos pertencentes à freguesia de Santa Maria da Graça desta vila de Setúbal*, 1762, f. 23v. e 24.

³⁶ ANTT, Erário Régio, 1627/1889, *Traslado do lançamento da décima dos arruamentos pertencentes à freguesia de Santa Maria da Graça desta vila de Setúbal*, 1762, f. 126v.



Figura 3 Pormenor das marcas decorrentes da justaposição do volume demolido que se observa na Figura 2, à esquerda, onde se nota a marcação no reboco das duas pendentes do telhado sobre a janela. Fotografia da autora.

Embora o edifício conhecido como palácio Cabedo tenha chegado ao séc. XIX com uma dignidade muito diferente daquela que hoje exhibe, a saber pelos inventários *post-mortem* de José Bruno de Cabedo, de 1850³⁷, e de Jorge de Cabedo Vasconcelos, barão de Zambujal, lavrado a 11 de junho de 1895³⁸, onde a diversidade de bens móveis é indicadora da abastança e do requinte que enformavam os interiores do palácio, a casa ter-se-á começado a degradar no final dessa centúria. Dessa panóplia de objetos, a saber: mesas de vinhático, cadeiras, *etageres*, camas completas, cómodas, pratos, utensílios de cozinha e outros, destacam-se pelo exotismo e raridade, um serviço de loiça do Japão, uma cascata de jasperneada com flores de concha com sua manga de vidro e pinha pintada de verde, um contador do Japão, e pintura diversa de que salientamos dois quadros da família pintados a óleo sobre tela, com molduras douradas: um quadro que representava *Suzana (e os velhos ou e o banho)* e um outro que representava uma *Senhora com um Menino ao colo*.

Do segundo inventário, igualmente diversificado no que a tipologias de mobiliário diz respeito, mas menos aparatoso, consta ainda uma descrição dessa propriedade urbana, onde se fica a saber que nessa data era constituída pelo palácio “sito no Largo do Poço do Concelho” com os números de policia 1, 2, 3, 4, 10, 11, 12, 13 e 14 para o dito Largo, com o número 1 para a Rua da Conceição (atual Avenida 5 de Outubro), com o número

³⁷ Arquivo Municipal de Setúbal (AMS), Fundo Cabedo, Cx. 1326, *Doc. 181* (Documento 1).

³⁸ ADS, Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal, *Inventário obrigatório de Jorge de Cabedo de Vasconcelos*, 1.º vol., f. 99-104 (Documento 2).

88 para a Praça do Quebedo e o número 6 para a Travessa do Corpo Santo. Na mesma explicação, é-nos ainda dado conta que o edifício principal era composto por rés-do-chão, primeiro e segundo andares, jardim, pátio, cavalaria, armazéns e outras arrecadações.

Em 1889, segundo escritura lavrada a 15 de junho, entre Jorge Cabedo e Vasconcelos e D. Teresa de Sande e Castro, e Gustavo Adolfo Ahrens Herlitz e D. Ana Carolina Ahrens Correia, o palácio é alvo de arrendamento aos segundos intervenientes³⁹, sendo também em 1895 aforado em parte a Joaquina Rita Pardela e a Cristiano Gerardo⁴⁰. Estas ocorrências, que coincidem temporalmente com a desatenção que é dada ao imóvel, preconizaram o que viria a ser o seu destino no século XX.



Figura 4 Praça de Quebedo. 1908. Coleção Cunha Bento.

³⁹ ADS, Cartório Notarial de Setúbal, *L.º de notas de Libânio Tomás da Silva, L.º B 37*, f. 71v.

⁴⁰ ADS, Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal, *Inventário obrigatório de Jorge de Cabedo de Vasconcelos*, 1.º vol., f. 99-104 (Documento 2).

Do conjunto em análise, salientamos sobretudo o facto de este resultar da justaposição de dois corpos: um sensivelmente quadrangular, com vários pisos e tipologicamente enquadrável numa casa-torre do sul do país⁴¹, possivelmente de finais de Quinhentos ou inícios de Seiscentos, e um outro, retangular, virado a nascente e encostado à muralha⁴², inicialmente com um só piso, onde se procurou, dentro dos programas estéticos de Seiscentos, regularizar a fachada. Esse propósito terá sido muito provavelmente motivado pelo facto de nesse local terem começado a florescer alguns complexos religiosos de grande dimensão, que fechavam a praça (a sul com o estabelecimento da Companhia de Jesus e a nascente com a fixação dos Agostinhos Descalços).

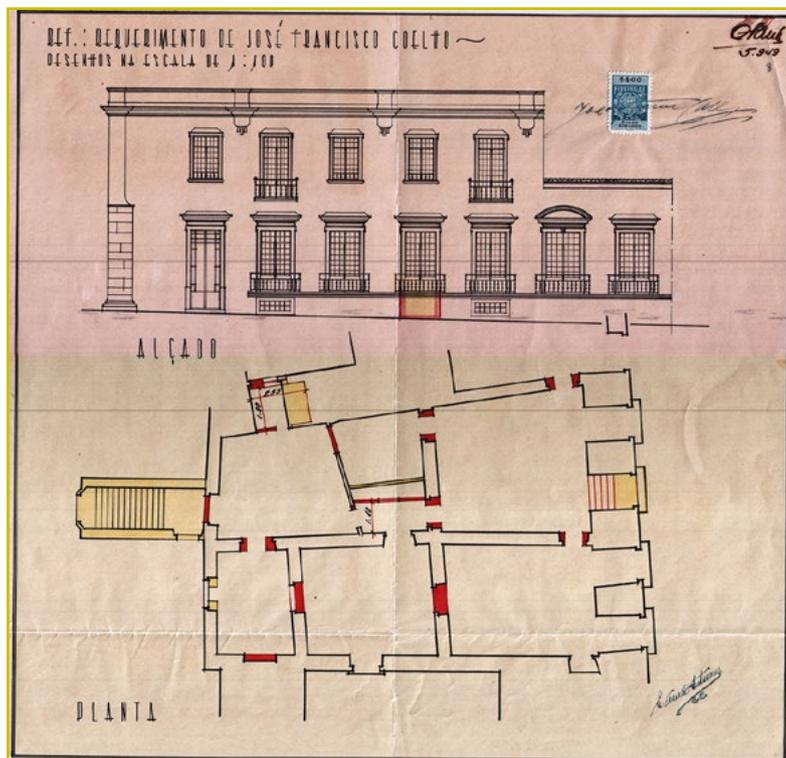


Figura 5 Planta do palácio de Setúbal. AMS, Processo de obra n.º 5/49.

⁴¹ Sobre esta questão consultem-se algumas obras gerais que contextualizam o assunto como AZEVEDO, Carlos - *Solares portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, 1969; MALTA, Marize; MENDONÇA, Isabel M. G., org. - *Casas senhoriais Rio-Lisboa e seus interiores*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; Lisboa: Universidade Nova de Lisboa; Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2013-2014; MENDONÇA, Isabel; CARITA, Hélder; MALTA, Marize, coord. - *A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: anatomia dos interiores*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, 2014 e CARITA, Hélder - *A casa senhorial em Portugal*. Alfragide: Leya, 2015. Veja-se ainda, mais especificamente, os estudos de: SILVA, José Custódio Vieira da - *Paços medievais portugueses*. Lisboa: IPPAR, 1995; CALDAS, João Rosa Vieira - *A arquitectura rural do Antigo Regime no Algarve*. Lisboa: [s.n.], 2007. Tese de doutoramento em Arquitetura, apresentada ao Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, e TERENO, Maria do Céu; MONTEIRO, Maria Filomena; PEREIRA, Marízia - Cartografia e iconografia antigas no processo evolutivo das torres medievais, civis e religiosas na cidade de Évora - Portugal. In SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 6, Braga, 2015 - *Actas*. Braga: Universidade do Minho, 2015. p. 169-191.

⁴² Como se depreende pelos 2 metros de espessura das paredes exteriores e através da leitura da *Planta da Vila de Setuval*, de Maximiano Jozé da Serra, de 1804. Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar / Direção de Infraestruturas.

Esse último bloco, que compreendeu o “piso nobre”, apresentou um conjunto de nove janelas de molduras retas, interrompidas por uma, central, rematada superiormente por um frontão semicircular, como se depreende através de dois registos fotográficos do início do séc. XX, um deles datado de 1915⁴³. Aliás, o projeto de modificação, o único que se localizou sobre essa construção, menciona que o proprietário em 1949 era José Francisco Coelho⁴⁴, que possivelmente se desfez rapidamente do imóvel, uma vez que a partir de 1952 este figurou como propriedade de Joaquim Pedro Madeira, que o arrendou nessa data ao então Ministério das Corporações e Previdência Social, revela que parte do imóvel foi parcialmente aumentado num andar, rasgando-se duas portas para Palhais, uma delas que regularizou a fachada do edifício no local onde outrora fora trespassado pela já mencionada Porta de São Jorge. O mesmo projeto confirma-nos ainda que foi durante algum tempo preservada a ideia do “palácio do poço do concelho” com entrada por esse local, como evidencia o desenho de uma escada pelo lado poente do edifício, e que é corroborada através de uma fotografia da coleção de Américo Augusto Ribeiro (1906-1992), à guarda do Arquivo homónimo⁴⁵.

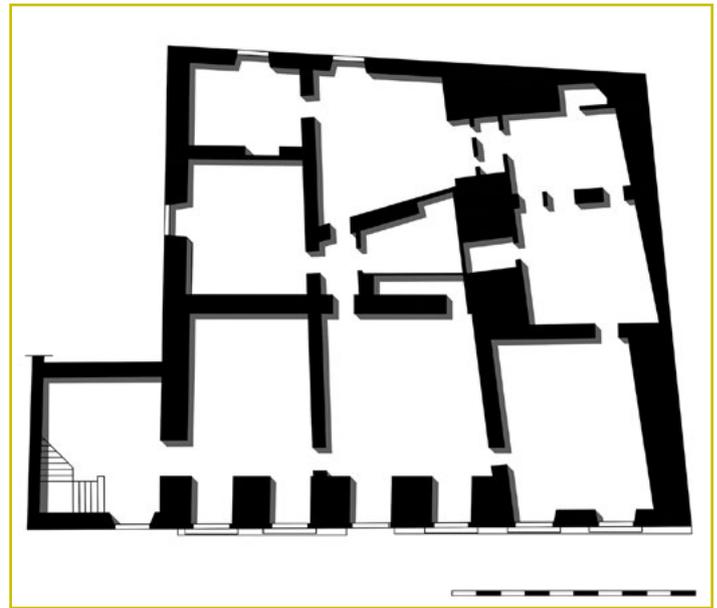


Figura 6 Reconstituição do palácio de Setúbal, que teve por base a planta do processo de obra n.º 5/49 do AMS. Inês Gato de Pinho. 2016.

⁴³ Estes dois registos também se podem observar na publicação LOPES, José Manuel Madureira - *Setúbal à la minute através do bilhete postal ilustrado*. Setúbal: [s.n.], 1999. p. 37.

⁴⁴ Projeto de modificação de interior de um edifício, sito no Largo do Paço do Poço do Concelho e Praça de Quebedo. Tem incorporados os processos 5/A (modificação interior de um edifício), 5/B (reconstrução de uma cobertura). Contém 4 plantas, requerimentos, memórias descritivas, informações, licença para obras, taxas para vistoria de prédios, auto de vistoria, licença para habitação e ocupação de prédios, totalizando 26 fls. Proprietário: José Francisco Coelho; técnico responsável: José Guilherme dos Santos - construtor civil. AMS, *Processo de obra n.º 5/49*.

⁴⁵ *Vista do Largo do Poço do Concelho, com o palácio da família Cabedo ao fundo*. Coleção Américo Ribeiro, 1939. Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro SMBM | DCED | Câmara Municipal de Setúbal. AR896.

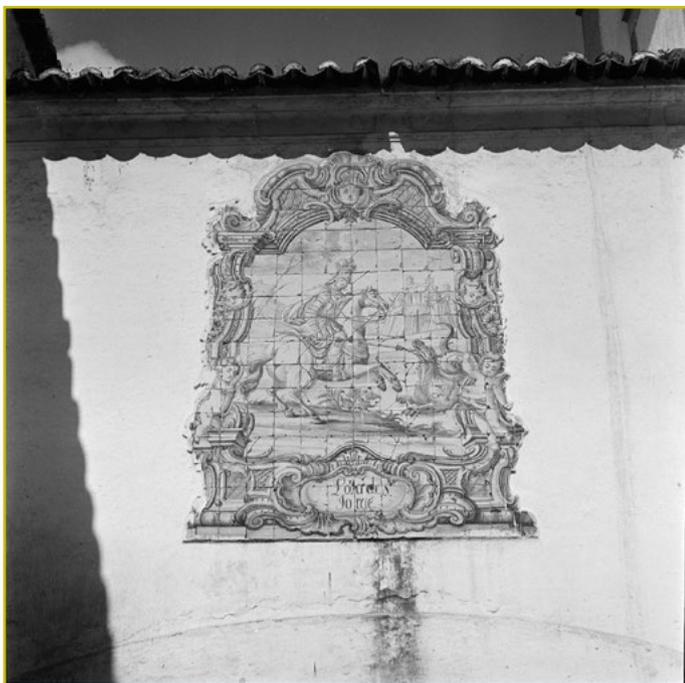


Figura 7 *São Jorge e o dragão*. Azulejos do século XVIII. Palácio da família Cabedo (Setúbal). BA-FCG, João Miguel dos Santos Simões, 1960-1970.[CFT009.2494n.ic].

Anterior a essa data é o apeamento de vários conjuntos azulejares que se encontravam no imóvel, por parte da Câmara Municipal de Setúbal⁴⁶, a saber: o já mencionado registo alusivo a São Jorge e um painel com cenas da vida do Condestável, com registos fotográficos fixados pelo engenheiro João Miguel dos Santos Simões, disponibilizados no site da Biblioteca da Arte da Fundação Calouste Gulbenkian⁴⁷.

AS “CASAS DE MORADA” DE LISBOA

Embora desconheçamos a data exata da construção da casa de Lisboa que sabemos estar ligada à família Cabedo, localizada na rua Eduardo Coelho, antiga rua dos Cardais ou rua Nova dos Cardais, da freguesia das Mercês, certos são alguns factos e datas que passaremos a indicar. Com efeito, sabe-se que vários ramos desta família possuíram terrenos e imóveis ao Bairro Alto. Uma das primeiras informações que nos chega é a de que em 1611 a família Carvalho adquire casas em local próximo onde se viria a configurar a propriedade que envolvia o palácio

⁴⁶ Cf. ENVIA, João Francisco - *Setúbal, a cidade dos leais vassallos*. Setúbal: Edição do Autor, 2000. p. 65.

⁴⁷ Um registo azulejar com a representação de *São Jorge e o dragão* e um silhar com uma representação da *Vida de D. Nuno Álvares Pereira*. Biblioteca de Arte - Fundação Calouste Gulbenkian (BA-FCG), João Miguel dos Santos Simões, 1960-1970. CFT009.2494n.ic e CFT009.2493n.ic.

dessa família na rua Formosa, a Bartolomeu de Cabedo de Vasconcelos⁴⁸, possivelmente ascendente de Troilo de Vasconcelos [da Cunha], pai do também conhecido Bartolomeu de Vasconcelos, constantemente referidos como proprietários de uma morada de casas na rua de São Boaventura⁴⁹. A 17 de junho de 1709 Jorge Cabedo de Vasconcelos [da Cunha] pede cordeamento às casas em que vive junto ao recolhimento dos Cardais, o que indica que se encontrava a reformular esse edifício⁵⁰, e em 1722 temos notícia do mesmo proprietário habitar o local, juntamente com D. Joaquina Maria de Meneses e uma quantidade considerável de familiares, criados e escravos, e ainda com o seu conterrâneo D. Francisco Vanicheli. Entre 1724 e 1730 é Inácio de Cabedo e Vasconcelos quem vive nesse sítio, encontrando-se entre 1731 e 1733 o mesmo devoluto. Em 1738, antes de ter partido para Inglaterra, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782) vive nesse local, juntamente com a sua mulher e



Figuras 8 e 9 Palácio de Lisboa. Fotografias da autora.

⁴⁸ Vide *Palácio Pombal / Palácio dos Carvalhos*. Ficha IPA.00003163 [Em linha]. Lisboa: SIPA, 2001 [Consult. 13.01.2016]. Disponível na Internet: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3163. Sobre os domínios da família no Bairro Alto consulte-se também GALVÃO-TELLES, João Bernardo; SEIXAS, Miguel Metelo de - *Sebastião José de Carvalho e Melo, 1.º conde de Oeiras, 1.º marquês de Pombal: memória genealógica e heráldica nos trezentos anos do seu nascimento: 13 de Maio de 1699 - 13 de Maio de 1999*. Lisboa: Universidade Lusíada, 1999; JANEIRO, Helena Pinto; MIRANDA, António - O Palácio de Pombal e o morgado da rua Formosa: a propósito de uma campanha de obras. *Monumentos: revista semestral de edifícios e monumentos*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos. N.º 21 (set. 2004), p. 263-265 e ARAÚJO, Renata - O terramoto e a integração do Bairro Alto nos planos pombalinos. In CARITA, Hélder (coord.) - *Bairro Alto: mutações e convivências pacíficas*. Lisboa: Arquivo Municipal, 2013. p. 65-74.

⁴⁹ Cf. Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa, *Róis de confessados da freguesia das Mercês, 1687-1755*.

⁵⁰ AML, *Livro de cordeamentos de 1705-1709*, s. nr.º f.



Figura 10 Pormenor da planta n.º 42 do *Atlas da carta topográfica de Lisboa*. Filipe Folque, 1856-58. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/01/44.

irmãos⁵¹, o que já indicia uma prática de empréstimo do espaço. A partir desse momento a família Cabedo volta a habitar a casa. Primeiramente D. Joaquina Maria de Meneses com seus filhos e depois Caetano José de Cabedo e Vasconcelos, até 1800⁵².

Apesar de não sabermos quais os danos causados pelo megassismo de 1 de novembro de 1755, as “Cazas da dita rua [Nova dos Cardais] para sima pela do Norte” voltam a ser mencionadas num manuscrito do “Juízo da Inspeção dos Bairros”, datado de 15 de dezembro desse ano, onde se menciona o seguinte: “No principio da dita Rua por estas partes [es]tão três propriedades de Cazas de Jozé Bruno de Cabedo e Vasconcellos, em as quais vay contado, ou incluhido o seo Palacio e deste se seguem terras athe as cazas de Manoel de Faria”⁵³. Essa indicação, que não nos continua a fornecer quaisquer dados acerca da permanência da família no local, é efetivamente a primeira que utiliza a designação “palácio” para o imóvel. Em 1833, data extrema dos livros de *Arruamentos* da supracitada freguesia das Mercês, da *Décima da Cidade* de Lisboa, voltamos a conseguir nova referência ao imóvel, com os nr.ºs 10 a 12 da Rua aos Cardaes de Jesus, designado como “Propriedade de Manoel Joaquim dos Santos”,

⁵¹ SANTANA, Francisco - A Lisboa de Pombal. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. 2.º Série N.º 13 (1985), p. 3-20; sobre este aspeto em concreto vide p. 6.

⁵² Informações resgatadas dos *Róis de confessados da freguesia de Santa Catarina*; publ. por SEQUEIRA, Gustavo de Matos - *op. cit.*, p. 158-159.

⁵³ ANTT, Feitos Findos, *Juízo da Inspeção de Bairros*, L.º 4, f. 60v.

foreira a Jorge de Cabedo em 5.920 réis⁵⁴. Infelizmente, entre essa data e 1858, ano da realização da planta n.º 42 do *Atlas da carta topográfica de Lisboa*, realizada sob orientação de Filipe Folque, desconhece-se o estado do edifício, bem como se foi habitado ou se se encontrou devoluto⁵⁵. Todavia, na anterior planta constatamos que o local aparece cromaticamente destacado da restante malha urbana com a legenda “Asylo de Infância”. Ao que parece, o local nessa data deveria estar arrendado a essa instituição, e mais tarde ao colégio Calipolense, segundo referência do olisipógrafo Norberto de Araújo⁵⁶.

Em 1895, aquando do inventário *post-mortem* de Jorge de Cabedo Vasconcellos, no ativo da comarca de Lisboa (4.^a vara) o imóvel é referido na freguesia das Mercês, juntamente com outros, do seguinte modo: “1 Casa composta de rez-do-chão, 1.º e 2.º andar, na rua Eduardo Coelho, N.ºs 98 a 110 - Foreira em 130.000 rs annuaes”, “1 casa composta de rez-do-chão, 1.º e 2.º andar, na rua Eduardo Coelho, N.ºs 112 a 128 - Livre” e na mesma freguesia alude-se ainda a três foros em casas na rua das Adelas e na rua de S. Marçal⁵⁷. Na avaliação efetuada a 28 de maio de 1898 o primeiro edifício, aquele em apreço e em cuja fachada remanescem ainda algumas características anteriores ao século XIX, este é qualificado como:

Uma propriedade urbana, composta de rez do chão, primeiro e segundo andares, situada na rua Eduardo Coelho, com os n.ºs 98 a 110, foreiro em cento e trinta mil reis annuaes, confronta do norte com quintaes, sul com a rua Eduardo Coelho, nascente com o predio n.º 96 e poente com predio do casal. (...) O mesmo 98 é escada que dá serventia ao rez-do-chão, que tem quatro janellas com os n.os 100 a 106 e rende annualmente a quantia de sessenta mil reis. O /f. 326 v.º/ primeiro andar rende annualmente a quantia de cento e dez mil reis.

O n.º 108 é porta que dá serventia do primeiro e segundo andar que rendem annualmente quatrocentos e vinte mil reis e o n.º 110 é a loja que rende annualmente trinta e seis mil reis (...) ⁵⁸.

Todavia, a verdadeira confirmação da instalação do já mencionado colégio Calipolense chega-nos através do processo de obras do imóvel, com o n.º 5515, à guarda do Arquivo Municipal de Lisboa, onde esse estabelecimento se perceciona na leitura de um requerimento datado de 19 de abril de 1947.

⁵⁴ Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, Décima da Cidade, Freguesia das Mercês, *Arruamentos*, DC 786 Ar, f. 67.

⁵⁵ AML, FOLQUE, Filipe - *Atlas da carta topográfica de Lisboa: n.º 42*. 1856-58. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/01/44.

⁵⁶ ARAÚJO, Norberto de - *op. cit.*, p. 45: «O edifício onde assenta o Colégio Caliponense foi o do antigo palácio dos Cabedos (Zambujais), viscondes do título, e deve remontar aos fins do século XVII. Em 1717 morava ali Jorge Cabedo de Vasconcelos; hoje o prédio pertence a D. Maria Francisca Cabedo Garcia, descendente daquele. O Colégio Caliponense foi fundado em 1887 na Rua da Vitória por António Luiz Fernandes, e instalou-se neste prédio em 1897; pertence a Anacleto Fernandes, seu director”.

⁵⁷ ADS, Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal, *Inventário obrigatório de Jorge de Cabedo de Vasconcelos*, 2.º vol., f. 325.

⁵⁸ Idem, *ibidem*, f. 326 e 326v.

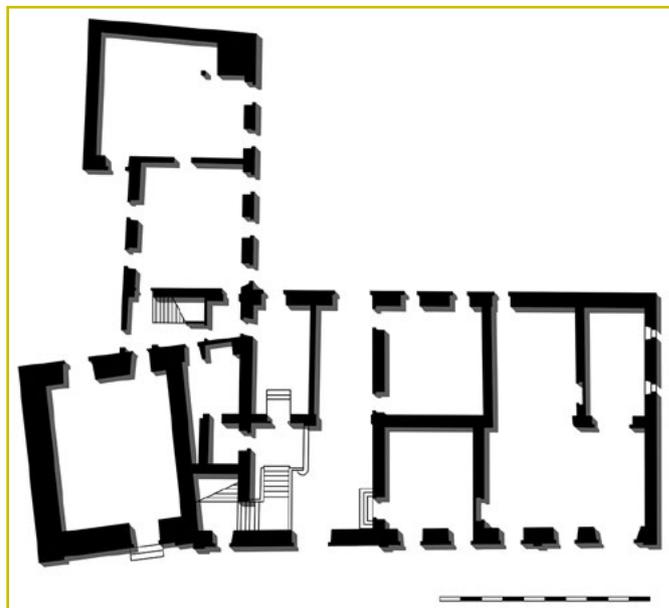


Figura 12 Planta de reconstituição do palácio de Lisboa, tendo por base as plantas do processo de obra n.º 5515 do AML. Inês Gato de Pinho. 2016.

de um conjunto de memórias resgatadas de documentação familiar, intituladas “Lembranças particulares do anno de 1804”⁶⁰, é que se depreendeu que no início do século XIX os Cabedo tomaram o local como ponto de partida para uma série de encomendas artísticas na capital. Uma parte significativa dessas encomendas foram carruagens novas: uma “de almufada da ultima moda Com 4 Roldanas estrivos da moda de meter dentro da caixa” adjudicada ao mestre carpinteiro Patrício José⁶¹; “huma Caixa de Portas Com o Carpinteiro Matias Luis qual mora á Anunsiada, pelo preso de 13 moedas”⁶²; “huma caixa de portas da moda, Com seu banquinho prazavão de madeira por preso de 9 moedas de oro” encomendada ao “Mestre Carpinteiro de Caxas xamado Romão que mora á Anunsiada”⁶³ e “1 Sege de buleija Com pintura e tudo conserto de areijos tirados de humas guarnisoins de Traquitana, e feitos para a seje”⁶⁴. A encomenda destes meios de locomoção implicou ainda contratos com o “Mestre Curieiro João Batista o qual tem loja o pe do arco debaxo de São Visente de Fora” que guarneseu uma “Caixa de portas”⁶⁵, com o “Mestre Serigueiro, e Sargento de Melicias da Corte morador ao pe do Cruzeiro de

⁶⁰ AMS, Fundo Cabedo, Cx.1326, Mç. 4, f. 21 e ss. Embora este conjunto de informações não esteja assinado, é prova da sua ligação à família Cabedo a lembrança, constante no f. 43, de que o seu autor entregou a sua mãe um conjunto de alvarás sobre os seus ascendentes que testemunhava “serem verdadeiramente descendentes dos Verdadeiros Cunhas e Vasconcelos deste Reino”.

⁶¹ Idem, *ibidem*, Cx.1326, Mç. 4, f. 33v.

⁶² Idem, *ibidem*.

⁶³ Idem, *ibidem*, f. 34.

⁶⁴ Idem, *ibidem*, f. 51v.

⁶⁵ Idem, *ibidem*, f. 34.

arajos” que fez “huma guarnição de galoins de Cadarso, para huma Caixa de portas nova”⁶⁶, com o “Mestre Pintor Joze da Silva do Ó mora na Rua da Pursição ó pé do Abarracamento de penixe de fronte do Letrado Saturninho o pé de huma istansia de madeira” para o dito mestre pintar “huma Caixa nova de portas de mejo pulimento o jogo pintado de Vermelho Com filetes até pelas rodas muito bem envernizado”⁶⁷ e com o mestre pintor António José Nunes Vieira, “asiste e tem loja na Rua da Comseição, de baxo, Freguezia de São Joze Número 61 e 62”, para pintar “hum Caxão de portas de mejo pulimento, Com as armas em pavilhão nas portas, e no pajnel de tras, com sifra no mesmo pavilhão, o jogo pintado Cor de laranja com seus filetes, e emvernizado muito a *minha* Vontade”⁶⁸.

NOTA FINAL

Acerca dos dois imóveis que a família Cabedo de Vasconcelos implantou em Setúbal e Lisboa importa assinalar alguns aspetos que se prendem com a diferença de abordagem metodológica levada a cabo, com pontos divergentes entre edifícios, e com aqueles comuns. Assim, oferece-nos afirmar em primeiro lugar que embora compreendendo claramente, através da análise documental, a importância que esta Casa teve, o estudo destes dois aglomerados habitacionais tão distintos (o de Setúbal, mais orgânico e intrincado, e o de Lisboa, de maior ortogonalidade e conseqüentemente de mais fácil interpretação) requereu métodos de trabalhos diferentes, para solucionar ocupações distintas. Em segundo lugar, importa esclarecer que no caso do imóvel de Setúbal, não só se conseguiu aprofundar a história entre 1613 e o século XX, como comprovar a única ligação resgatada de fontes primárias que o edifício teve com a Casa do Corpo Santo, bem assim como a sua constante ocupação por parte da família, até ao limiar do século passado. Já no caso do imóvel de Lisboa, onde a data de 1709 foi a primeira que conseguimos fixar, a descontinuidade que reconhecemos face à sua ocupação por parte dos Cabedo, leva-nos a relegar esta “morada de casas” para a esfera das habitações secundárias. Todavia, em ambos os casos reconhecemos, no que a pontos comuns concerne, e não nos esquecendo da dificuldade de interpretação da forma como esses imóveis se organizaram interiormente que ambos suscitam, que os dois surgiram da justaposição de parcelas, a partir de casas-torre de matriz quinhentista. Se no caso do palácio de Setúbal se conseguiu recuar a permanência da família Cabedo de Vasconcelos até ao século XV, e em Lisboa até ao séc. XVI, época em que Miguel de Cabedo de Vasconcelos ocupou vários cargos ligados à Administração Pública, nomeadamente de vereador do Senado da Câmara, a informação recolhida não nos dá a indicação das primeiras residências que ocuparam em Setúbal, nem tão-pouco se, no caso de Lisboa, Miguel de Cabedo possuiu algum bem de raiz nas proximidades de Vila Nova de Andrade. Trata-se portanto de um estudo inacabado, onde persistem questões em aberto, mas que, em todo o caso, revelam a importância das famílias que adquiriram, transformaram e habitaram estes palácios.



⁶⁶Idem, *ibidem*.

⁶⁷Idem, *ibidem*, f. 34v.

⁶⁸Idem, *ibidem*, f. 38.

ANEXOS

DOCUMENTO 1

Inventário *post-mortem* de José Bruno de Cabedo (1850)

Arquivo Municipal de Setúbal, Fundo Cabedo, Cx.1326, *Doc. 181*. Transcrição nossa.

“Continuação da Descrição dos Bens principiada a fl. 43 v.º

Apertada = Aos 13 de Novembro de 1851 continuou se na descrição dos Bens e suas Avaliações pela Certidão dos Louvados e Avaliadores que me foi dada e vai junta a fl. 5 do 2.º Appenso do que foi este termo. E eu L. J. de A. L. do P. do Valle o escrevi

Moveis

N.º 2 = Dois quadros da Familia pintados a olio em pano molduras douradas *muito* uzados avaliados na *quantia* de 2.400 réis

N.º 3 = Hum quadro que representa Suzana aualiado em 1.200 réis

N.º 4 = Hum dito que reprezenta huma Senhora com hum Menino ao Colo aualiado em 1.200 réis

N.º 5 = Dois ditos *que* representão Paizagem aualiado em 2.880 réis

N.º 6 = Huma Jardineira de madeira de murta com pé em feitio de Peramede estrado recortado e garras da mesma madeira com pedra preta avaliada em 2.880 réis

N.º 7 = Huma dita com columna em feitio outauado com 4 pés recortados - pedra alvadia *muito* uzada avaliada em 2.400 réis

N.º 8 = 14 Cadeiras e 1 Canapé com assentos de palinha com a taboa da costa em feitio de Lira *muito* uzadas = 5.400 réis

N.º 9 = 9 Cadeiras e 1 Canape de madeira de Caixa com assentos de Palinha tendo na Costa a taboa recortada *muito* uzadas avaliadas em 3.900 réis

- N.º 10 = Hum Candieiro pequeno de latão bronzeado com globo quebrado na quantia de 600 réis
- N.º 11 = 4 Bancas para jogo de madeira de murta com 4 pés cada huma com pano verde = em 3.200 réis
- N.º 12 = 2 jarras de Vidro azul ordinarias em 400 réis
- N.º 13 = Hum Relojo de cima de meza com caixa de Jaspe guarnecido com flores de concha = em 3.600 réis
- N.º 14 = Huma cascata de Jaspe guarnecida com flores de concha com sua manga de Vidro e pinha pintada de Verde em 1.200 réis
- N.º 15 = Huma Jarra pequena de Vidro coalhado com hum Ramo de flores feito de conchas e manga de Vidro quebrada: em 600 réis //
- N.º 16 = Dois pares de Castiças de casquinha lavrada com pés redondos em 1.000 réis
- N.º 17 = Dois pares de Castiças pequenos de Vidro fendido com seus Cabeches em 1.440 réis
- N.º 18 = Hum Lustre de Vidro lapidado para seis lumes feitio antigo em 2.400 réis
- N.º 19 = 12 Cadeiras e 1 Canape de madeira de murta com assentos de palhinha feitio antigo muito uzadas em 3.840 réis
- N.º 20 = Huma Banca para jogo folheada de páo *santo* muito ordinaria em 300 réis
- N.º 21 = Huma Banca de pé de gallo de páo *santo* com o tampo em feitio redondo com defeito em 480 réis
- N.º 22 = Aparadores com aba de madeira de Vinhatico uzados em 4.800 réis
- N.º 23 = 2 Bancas para jogo sendo huma folheada a páo *santo* e a outra de Espinheiro ambas em muito máo estado em 2.400 réis
- N.º 24 = Huma meia Comoda madeira de Vinhatico com 2 Gavetas grandes e duas pequenas com puxadores de páo *santo* e escudetes de [la]tão em 1.440 réis
- N.º 25 = Hum Bau coberto de Couro de 4 palmos por dois com 1 fexadura = em 600 réis
- N.º 26 = Hum *dito* de 6 palmos por 2 = e meio com 2 fexaduras = 480 réis
- N.º 27 = Huma Meza para Cozinha de madeira de pinho com sua gaueta muito ordinaria: em 1.200 réis

N.º 28 = 3 caçarolas de lebre de diferentes tamanhos em 1.200 réis

N.º 29 = 2 copos para agoa ordinarios = em 160 réis”

DOCUMENTO 2

Inventário *post-mortem* de Jorge de Cabedo Vasconcellos, barão de Zambujal. Palácio de Setúbal.

Arquivo Distrital de Setúbal, Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal, *Inventário obrigatório de Jorge de Cabedo de Vasconcelos*, 1.º vol., f. 99-104. Transcrição nossa.

“Descrição de bens

Aos onze do mes de junho de mil oitocentos nouenta e sinco, n`esta cidade de Setubal, em meu escriptorio, e em presença das relações de bens e certidões d`avaliação que antecedem, passo a fazer a descrição de bens em verbas numeradas com designação de valores pela fórmula seguinte:

Bens situados na comarca de Setubal

Mobiliario (Ver a f)

no palacio do Poço do Concelho

N.º 1 (Salla)

Um canapé estofado, avaliado em des mil reis⁶⁹.

N.º 2

Quatorze cadeiras de braços estofadas, todas avaliadas

/ f. 99 v./

Transporte⁷⁰

em setenta e dous mil reis, digo em setenta mil reis⁷¹.

⁶⁹ À margem direita: “10.000”.

⁷⁰ À margem esquerda: “10.000”.

⁷¹ À margem esquerda: “70.000”.

N.º 3

Dous armarios de pau santo avaliadas em quarenta e cinco mil reis⁷².

N.º 4

Dous candieiros de globo, avaliados em tres mil reis⁷³.

N.º 5

Uma meza de pau sancto para centro, avaliada em vinte e sete mil reis⁷⁴.

N.º 6

Uma etagère, avaliada em oito mil reis⁷⁵.

N.º 7

Um contador do Japão, avaliado em nove mil reis⁷⁶.

N.º 8

Um contador de pau santo, avaliado em treze mil e quinhentos reis⁷⁷.

Somma⁷⁸

/ f. 100 /

Transporte⁷⁹

N.º 9

Uma commoda de vinhatico, avaliada em treze mil e quinhentos reis⁸⁰.

⁷² À margem esquerda: "45.000".

⁷³ À margem esquerda: "3.000".

⁷⁴ À margem esquerda: "27.000".

⁷⁵ À margem esquerda: "8.000".

⁷⁶ À margem esquerda: "9.000".

⁷⁷ À margem esquerda: "13.500".

⁷⁸ À margem esquerda: "185.500".

⁷⁹ À margem direita: "185.500".

⁸⁰ À margem direita: "13.500".

N.º 10

Dous quadros antigos avaliados em dezoito mil reis⁸¹.

N.º 11

Um espelho de parede, avaliado em treze mil e quinhentos reis⁸².

No escriptorio.

N.º 12

Tres estantes com livros de diversos autores; tudo avaliado em cento e trinta mil reis⁸³.

N.º 13

Uma secretaria avaliada em sete mil reis⁸⁴.

N.º 14

Um armario, avaliado

Segue⁸⁵

/ f. 100 v. /

Transporte⁸⁶

em treze mil e quinhento reis⁸⁷.

N.º 15

Uma meza de centro, avaliada em seis mil reis⁸⁸.

N.º 16

Uma meza de jogo avaliada em quinze mil reis⁸⁹.

⁸¹ À margem direita: "18.000".

⁸² À margem direita: "13.500".

⁸³ À margem direita: "130.000".

⁸⁴ À margem direita: "7.000".

⁸⁵ À margem direita: "367.500".

⁸⁶ À margem esquerda: "367.500".

⁸⁷ À margem esquerda: "13.500".

⁸⁸ À margem esquerda: "6.000".

⁸⁹ À margem esquerda: "15.000".

N.º 17

Sete cadeiras com assento de palhinha, avaliadas todas em dez mil reis⁹⁰.

N.º 18

Uma commoda, com tampo de pedra, avaliada em treze mil e quinhentos reis⁹¹.

N.º 19

Um relógio de parede, avaliado em oito mil reis⁹².

N.º 20

Um tinteiro e vinte e quatro quadros diversos; tudo avaliado em dez mil e cem reis⁹³

Segue⁹⁴

/ f. 101 /

Transporte⁹⁵

Na casa de jantar

N.º 21

Um candieiro de suspensão avaliado em quatro mil reis⁹⁶.

N.º 22

Uma meza de vinhatico para jantar, em oito mil reis⁹⁷.

N.º 23

Doze cadeiras, todas avaliadas em Doze mil reis⁹⁸.

⁹⁰ À margem esquerda: "10.000".

⁹¹ À margem esquerda: "13.500".

⁹² À margem esquerda: "8.000".

⁹³ À margem esquerda: "10.100".

⁹⁴ À margem esquerda: "443.600".

⁹⁵ À margem direita: "443.600".

⁹⁶ À margem direita: "4.000".

⁹⁷ À margem direita: "8.000".

⁹⁸ À margem direita: "12.000".

N.º 24

Um trinchante com pedra, avaliado em seis mil reis⁹⁹.

N.º 25

Um aparador com tampo de pedra, em nove mil reis¹⁰⁰.

N.º 26

Duas mezas com pedra, avaliadas em doze mil reis¹⁰¹.

N.º 27

Um serviço de louça para jantar, avaliado em vinte mil reis¹⁰².

Segue¹⁰³

/ f. 101 v. /

Transporte¹⁰⁴

N.º 28

Um serviço de vidros, avaliado em quinze mil reis¹⁰⁵.

N.º 29

Um serviço de louça para chá, em doze mil reis¹⁰⁶.

N.º 30

Um serviço de louça Japão para almoço, avaliado em vinte e sete mil reis¹⁰⁷

⁹⁹ À margem direita: "6.000".

¹⁰⁰ À margem direita: "9.000".

¹⁰¹ À margem direita: 12.000

¹⁰² À margem direita: "20.000".

¹⁰³ À margem direita: "514.600".

¹⁰⁴ À margem esquerda: "514.600".

¹⁰⁵ À margem esquerda: "15.000".

¹⁰⁶ À margem esquerda: "12.000".

¹⁰⁷ À margem esquerda: "27.000".

N.º 31 - Joias - (Ver f)

Uma duzia de talheres de prata completos, com peso de tres mil e oitenta grammas, avaliados em cento vinte e sete mil e duzentos reis¹⁰⁸.

N.º 32

Uma concha de prata para sôpa pesando duzentas e sessenta e seis grammas, avaliada em des mil seiscentos e quarenta reis¹⁰⁹.

Segue¹¹⁰

/ f. 102 /

Transporte¹¹¹

N.º 33

Uma colher de prata para arroz, pesando duzentos e quinze grammas, avaliada em oito mil e seiscentos reis.¹¹²

N.º 34

Vinte e duas colheres de prata para chá, pesando trezentos e oitenta grammas, avaliadas em quatorze mil reis¹¹³.

Nos quartos

N.º 35

Quatorze camas completas, com leitos de ferro, avaliados cada um em sete mil reis, e todos em noventa e oito mil reis¹¹⁴.

N.º 36

Quatro commodas, sendo duas com tampos de pedra, em vinte e quatro mil reis¹¹⁵.

segue¹¹⁶

¹⁰⁸ À margem esquerda: "127.200".

¹⁰⁹ À margem esquerda: "10.640".

¹¹⁰ À margem esquerda: "706.440".

¹¹¹ À margem direita: "706.440".

¹¹² À margem direita: "8.600".

¹¹³ À margem direita: "14.000".

¹¹⁴ À margem direita: "98.000".

¹¹⁵ À margem direita: "24.000".

¹¹⁶ À margem direita: "851.040".

/ f. 102 v. /

Transporte¹¹⁷

N.º 37

Sete lavatorios de ferro, avaliados em dous mil e oitocentos reis¹¹⁸.

N.º 38

Uma meza de cabeceira e uma retrete, avaliadas em mil e trezentos reis¹¹⁹.

N.º 39

Quatro cadeiras estofadas, avaliadas em quatro mil e oitocentos reis¹²⁰.

N.º 40

Seis cadeiras com assento de palhinha, velhas, em mil e oitocentos reis¹²¹.

Na cozinha

N.º 41

Um fogão com muito uzo, em cinco mil reis¹²².

N.º 42

Duas mezas de pinho, avaliadas

Segue¹²³

/ f. 103 /

Transporte¹²⁴

em dous mil reis¹²⁵.

¹¹⁷ À margem esquerda: “851.040”.

¹¹⁸ À margem esquerda: “2.800”.

¹¹⁹ À margem esquerda: “1.300”.

¹²⁰ À margem esquerda: “4.800”.

¹²¹ À margem esquerda: “1.800”.

¹²² À margem esquerda: “5.000”.

¹²³ À margem esquerda: “866.740”.

¹²⁴ À margem direita: “866.740”.

¹²⁵ À margem direita: “2.000”.

N.º 43

Dous armarios de pinho em tres mil reis¹²⁶.

N.º 44

Diversos apetrechos de cozinha, em quatro mil reis¹²⁷.

Roupas

N.º 45

Vinte e quatro lençoes de linho, avaliados cada um em quinhentos reis, e todos em vinte e quatro mil reis, digo doze mil reis¹²⁸.

N.º 46

Doze lençoes de algodão, em trezentos reis cada um, e todos trez mil seiscentos reis¹²⁹.

N.º 47

Vinte e quatro travesseiros, em trezentos reis cada um, e todos sete mil e duzentos reis¹³⁰.

Segue¹³¹

/ f. 103 v. /

Transporte¹³²

N.º 48

Vinte e quatro almofadas em duzentos reis cada um e avaliadas todas em quatro mil e oitocentos reis¹³³.

N.º 49

Seis toalhas de meza, em dous mil e quatrocentos reis¹³⁴.

¹²⁶ À margem direita: “3.000”.

¹²⁷ À margem direita: “4.000”.

¹²⁸ À margem direita: “12.000”.

¹²⁹ À margem direita: “3.600”.

¹³⁰ À margem direita: “7.200”.

¹³¹ À margem direita: “898.540”.

¹³² À margem esquerda: “898.540”.

¹³³ À margem esquerda: “4.800”.

¹³⁴ À margem esquerda: “2.400”.

N.º 50

Quarenta e oito guardanapos em quarenta reis cada um, todos mil novecentos e vinte reis¹³⁵.

N.º 51

Trinta e seis toalhas para rosto, em cento e vinte reis cada uma, todas em quatro mil trezentos e vinte reis¹³⁶.

N.º 52

Uma colcha de damasco avaliada em trinta mil reis¹³⁷.

N.º 53

Uma colcha do Japão,

segue¹³⁸

/ f. 104 /

Transporte¹³⁹

avaliada em noventa mil reis¹⁴⁰.

(...)”



¹³⁵ À margem esquerda: “1.920”.

¹³⁶ À margem esquerda: “4.320”.

¹³⁷ À margem esquerda: “30.000”.

¹³⁸ À margem esquerda: “941.980”.

¹³⁹ À margem esquerda: “941.980”.

¹⁴⁰ À margem esquerda: “90.000”.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas e iconográficas

Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro SMBM | DCED | Câmara Municipal de Setúbal

Palácio da família Cabedo na Praça de Quebedo. Coleção Américo Ribeiro, 1960. AR16211.

Vista do Largo do Poço do Concelho, com o palácio da família Cabedo ao fundo. Coleção Américo Ribeiro, 1939. AR896.

Arquivo Distrital de Setúbal

Arquivo Pessoal de Almeida Carvalho, *Casa do Corpo Santo* (1840-1897), PT/ADSTB/PSS/APAC/B/0002, e *Portas* (1840-1897), PT/ADSTB/PSS/APAC/P/0004.

Cartório Notarial de Setúbal, *Livros de notas de Luís Pegas Sotto Maior e de André Dinis Pereira, Livro 77*.

Cartório Notarial de Setúbal, *Livros de notas de Libânio Tomás da Silva, Livro B 37*.

Confraria de Nossa Senhora da Anunciada, *Treslado de Escritura de Compra que fazem a Confraria e Hospital de Nossa Senhora da Anunciada da Vila de Setúbal e Diogo de Cabedo, respeitante a umas casas localizadas no sítio do poço*, PT/ADSTB/CON/CSASTB01/E/006/00194.

Registos de Batismos, Santa Maria da Graça, *Livro 4*.

Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal, *Inventário obrigatório de Jorge de Cabedo de Vasconcelos, 1.º e 2.º vol.*

Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa

Róis de confessados da freguesia das Mercês, 1687-1755.

Arquivo Histórico do Tribunal de Contas

Décima da Cidade, Freguesia das Mercês, Arruamentos, *DC 786 Ar*.

Arquivo Municipal de Setúbal

Fundo Cabedo, *Caixa 1326*.

Processo de obra n.º 5/49.

Arquivo Municipal de Lisboa

FOLQUE, Filipe - *Atlas da carta topográfica de Lisboa: n.º 42*. 1856-58. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/01/44.

Livro de cordeamentos de 1705-1709.

Livro 1º de consultas e decretos de D. Sebastião.

Obra n.º 5515.

Registo fotográfico do modelo em gesso da estátua de Vasco Mouzinho de Quevedo que se encontra na base do monumento a Luís de Camões. António da Silva Fernandes Duarte. 1969. PT/AMLSB/AND/S00693.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Erário Régio, 1627/1889, *Traslado do lançamento da décima dos prédios urbanos pertencentes à freguesia de Santa Maria da Graça desta vila de Setúbal*, 1762.

Erário Régio, 1627/1889, *Traslado do lançamento da décima dos arruamentos pertencentes à freguesia de Santa Maria da Graça desta vila de Setúbal*, 1762.

Feitos Findos, *Juízo da Inspeção de Bairros, Livro 4.*

Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. Pedro II, Livros 11 e 13.*

Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. João V, Livros 4, 7, 13, 17 e 18.*

Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. João VI, Livro 21.*

Registo Geral de Mercês, *Ordens Militares, Livro 12.*

Biblioteca de Arte, Fundação Calouste Gulbenkian

São Jorge e o dragão. João Miguel dos Santos Simões, 1960-1970. CFT009.2494n.ic.

Vida de D. Nuno Álvares Pereira. João Miguel dos Santos Simões, 1960-1970. CFT009.2493n.ic.

Biblioteca Nacional de Portugal

Secção de Reservados, *Códice 208: FREITAS, Gregório de - Memórias geographicas e historicas da provincia da Estremadura.*

Conservatória do Registo Predial de Setúbal

Livro B-26, N.º 6031.

Livro B-37, N.º 10260.

Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar / Direção de Infraestruturas

SERRA, Maximiano Jozé da - *Planta da Vila de Setuval*. 1804.

Fontes impressas

Estudos

AFFONSO, Domingos de Araujo; VALDEZ, Ruy Dique Travassos - *Livro de oiro da nobreza*. Braga: Tipografia da «Pax», 1934. tomo III.

ARAÚJO, Norberto de - *Peregrinações em Lisboa*. Lisboa: António Maria Pereira, [1938-1939]. vol. 5.

ARAÚJO, Renata - O terramoto e a integração do Bairro Alto nos planos pombalinos. In CARITA, Hélder, coord. - *Bairro Alto: mutações e convivências pacíficas*. Lisboa: Arquivo Municipal, 2013. p. 65-74.

AZEVEDO, Carlos - *Solares portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte, 1969.

BELO, Albertina - Palácio dos Cabedos, Ficha IPA.00009340 [Em linha]. In *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*. Lisboa: Direcção-Geral do Património Cultural, 2003 [Consult. 13.01.2016]. Disponível na Internet: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9340.

BRAGA, Paulo Drumond - *Setúbal medieval: séculos XIII a XV*. Setúbal: Câmara Municipal, 1998.

CALDAS, João Rosa Vieira - *A arquitectura rural do Antigo Regime no Algarve*. Lisboa: [s. n.], 2007. Tese de doutoramento em Arquitetura, apresentada ao Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

CANEDO, Fernando de Castro da Silva - *A descendência portuguesa de el-Rei D. João II*. Lisboa: Edições Gama, 1945. vol. II, p. 474-481.

CARITA, Hélder - *A casa senhorial em Portugal*. Alfragide: Leya, 2015.

CASTILHO, Júlio de - *Lisboa antiga: Bairro Alto*. Lisboa: António Maria Pereira, 1879. vol. III.

Collecção de manuscritos ineditos agora dados á estampa. Porto: Real Bibliotheca Publica Municipal, 1910-1923.

COSTA, António Carvalho da - *Chorografia portuguesa*. Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1712. tomo III.

COUTO, Aires Pereira do - *António de Cabedo e o seu poema Fontelo*. Coimbra: [s.n.], 1990. Dissertação de mestrado em Literatura Novilatina em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

ENVIA, João Francisco - *Setúbal, a cidade dos leais vassallos*. Setúbal: Edição do Autor, 2000.

FONSECA, João Abel da - A “Virtuosa benfeitoria” e o pensamento político do Infante D. Pedro. *Biblos*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Nº69 (1993), p. 227-250. Separata.

GALVÃO-TELLES, João Bernardo; SEIXAS, Miguel Metelo de - *Sebastião José de Carvalho e Melo, 1.º conde de Oeiras, 1.º marquês de Pombal: memória genealógica e heráldica nos trezentos anos do seu nascimento: 13 de Maio de 1699 - 13 de Maio de 1999*. Lisboa: Universidade Lusíada, 1999.

GARCÍA PERES, Domingo - *Catálogo razonado, biográfico e bibliográfico de los autores que escribieron en castellano*. Madrid: Imprenta del Colegio Nacional de Sordo-Mudos y de Ciegos, 1890.

Imóvel de interesse municipal da Casa do Corpo Santo. Setúbal: Gabinete dos Centros Históricos da Câmara Municipal, 2009.

JANEIRO, Helena Pinto; MIRANDA, António - O Palácio de Pombal e o morgado da rua Formosa: a propósito de uma campanha de obras. *Monumentos: revista semestral de edifícios e monumentos*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos. N.º 21 (set. 2004), p. 265-263.

LOPES, José Manuel Madureira - *Setúbal à la minute através do bilhete postal ilustrado*. Setúbal: [s.n.], 1999.

MACHADO, Fernando Falcão - Os Cabedos de Setúbal. *Boletim da Junta de Província da Estremadura*. Lisboa: Junta da Província de Estremadura. N.º 24/25 (1950), p. 225-251.

MALTA, Marize, MENDONÇA, Isabel M. G., org. - *Casas senhoriais Rio-Lisboa e seus interiores*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; Lisboa: Universidade Nova de Lisboa; Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2013-2014.

MARTINS, Jennifer; ERTHAL, Ludmila; ROSA, Naiara; BARBOSA, Tânia; FERNANDES, Rui - *Palácio dos Cabedos: Sta. Maria da Graça: Setúbal*. Lisboa: ISCTE-IUL, 2013. Trabalho curricular apresentado no âmbito do mestrado integrado em Arquitetura.

MENDONÇA, Isabel; CARITA, Hélder; MALTA, Marize, coord. - *A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: anatomia dos interiores*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2014.

PAXECO, Fran - *Setúbal e as suas celebrações*. Lisboa: Soc. Nacional de Tipografia, 1930.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha - Helenismos no “Livro da virtuosa benfeitoria”. *Biblos*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. N.º 57 (1982), p. 313-358. Separata.

PIRES, Maria Lucília - O discurso sobre a vida e morte de Santa Isabel rainha de Portugal de Vasco Mouzinho de Castelbranco. *Via Spiritus*. Porto: Universidade do Porto. N.º 10 (2003), p. 173-182.

Porta de São Jorge. *A Mocidade*. Setúbal: [s.n.]. N.º 469 (1 set. 1924), p.3.

QUEVEDO, Vasco Mousinho de - *Affonso Africano: poema heroyco da presa d'Arzilla & Tanger: dirigido a Dom Alvaro de Sousa, Capitão da Guarda Alemã...* Lisboa: por Antonio Alvarez, 1611.

RAMALHO, Américo da Costa - Dois epigramas latinos de António de Cabedo. In *Para a história do renascimento em Portugal*. Coimbra: INIC; Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1988. vol. I, p. 75-85.

- REBELO, Maria do Rosário Nunes - *Dois poemas de Miguel de Cabedo*. Coimbra: [s.n.], 1996. Dissertação de mestrado em Literaturas Clássicas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- RODRIGUES, Manuel dos Santos - *O Afonso Africano de Vasco Mouzinho de Quevedo: estudo histórico-literário e edição crítica*. Lisboa: [s.n.], 1999. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- RODRIGUES, Manuel dos Santos, ed. - *Afonso Africano: poema heróico da presa de Arzila e Tânger*. Setúbal: Câmara Municipal, 2013.
- SANTANA, Francisco - A Lisboa de Pombal. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. 2.ª Série N.º 13 (1985), p. 3-20.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos - *Depois do terramoto: subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências, 1967. vol. I.
- SERRÃO, Vítor; MECO, José - *Palmela histórico-artística: um inventário do património artístico concelhio*. Lisboa: Colibri, 2007.
- SILVA, José Custódio Vieira da - *Paços medievais portugueses*. Lisboa: IPPAR, 1995.
- SILVA, José Custódio Vieira da - *Setúbal*. Lisboa: Presença, 1990.
- TERENO, Maria do Céu; MONTEIRO, Maria Filomena; PEREIRA, Marízia - Cartografia e iconografia antigas no processo evolutivo das torres medievais, civis e religiosas na cidade de Évora - Portugal. In SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 6, Braga, 2015 – *Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica: actas*. Braga: Universidade do Minho, 2015. p. 169-191.
- VALE, Teresa Vale; GOMES, Carlos Gomes; CORREIA, Paula - Palácio Pombal, Palácio dos Carvalhos. Ficha IPA.00003163 [Em linha]. In *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*. Lisboa: Direcção-Geral do Património Cultural, 2003 [Consult. 13.01.2016]. Disponível na Internet: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3163.
- ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins - *Armorial lusitano: genealogia e heráldica*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1961.

